



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

29/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Relator estuda manter cálculo mais vantajoso para a aposentadoria

O relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), estuda excluir mudança proposta pelo governo na fórmula de cálculo da aposentadoria que poderia diminuir o valor do benefício.

Hoje, os 20% menores salários são desprezados na hora de computar a aposentadoria. Essa regra beneficia os trabalhadores. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) quer que sejam consideradas todas as contribuições previdenciárias. Isso reduziria o valor do benefício.

Deputados contrários à proposta argumentam que esse item da medida prejudicaria os mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo e em empregos com salários mais baixos.

Moreira pediu uma estimativa do impacto ao se manter a regra atual —cálculo com base nos 80% maiores salários de contribuição. Para decidir sobre o assunto, o relator quer saber como ficaria a economia prevista com a reforma de R\$ 1,2 trilhão em dez anos se a mudança na fórmula for derrubada no relatório. Ele pretende preservar a meta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de R\$ 1 trilhão em uma década.

A ideia do deputado é que a reforma da Previdência represente uma redução dos gastos públicos, mas com uma versão mais justa do ponto de vista social. O relator também estuda outras alterações na proposta de reforma da Previdência.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/05/2019

Maia: texto da reforma vai a plenário em julho

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o Congresso não atrapalha o governo e que vai levar, “a princípio”, as mudanças na Previdência ao plenário em julho. Ele afirmou ontem que vai pedir ao relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), para apresentar o parecer sobre a proposta antes do dia 15. “Do ponto de vista concreto, não há nenhum movimento da Câmara e do Senado que tenha atrapalhado o governo até agora. Queremos construir com o governo outras pautas além da Previdência que ajudem tirar o Brasil desta inércia”, afirmou Maia, que se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/05/2019

Síndrome de burnout, o esgotamento profissional

A Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou ontem que considera a síndrome de burnout, como é conhecido o esgotamento profissional, um fenômeno ligado ao trabalho e não uma doença, como havia sido divulgado anteriormente. Um porta-voz da OMS se pronunciou ontem para fazer a correção. Ele explicou que a síndrome já estava na classificação precedente, no capítulo “Fatores que influenciam a saúde”. “A inclusão neste capítulo significa precisamente que a burnout não é conceitualizada como uma condição médica, mas como um fenômeno ligado ao trabalho”, explica a nota enviada à imprensa. Na segunda-feira, a OMS havia indicado que, a partir de 2022, a síndrome seria incluída na Classificação Internacional de Doenças. A lista é baseada nas conclusões de especialistas ao redor do mundo e serve para estabelecer tendências e estatísticas de saúde. A classificação feita pela OMS estabelece uma linguagem comum que facilita a troca de informações entre os profissionais da área.

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/05/2019

MP do saneamento deverá caducar, e pente-fino no INSS corre risco

Por falta de acordo, a MP (medida provisória) que cria um novo marco regulatório para o setor de saneamento básico deverá perder a validade. O governo reconheceu nesta terça-feira (28) que a MP do pente-fino na Previdência também corre o mesmo risco. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentou articular um consenso com governadores para que um novo texto com regras para o saneamento fosse votado ainda hoje. Sem a adesão necessária, Maia e o governo jogaram a toalha.

Com isso, a MP com as regras para o serviço de saneamento, editada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), não deverá entrar na pauta de votações da Câmara nesta semana, o que levará à perda de validade. Uma nova tentativa de acordo está prevista para esta quinta-feira (30), quando Maia reunirá líderes partidários para debater um projeto de lei sobre o mesmo assunto.

“É uma discussão sobre o texto que quase gerou acordo nesta semana, mas não gerou”, disse o presidente da Câmara. “O saneamento é um problema grave para milhões de brasileiros, é saúde pública e também é emprego”, afirmou. Aliado de Maia, o deputado Fernando Monteiro (PP-PE) tem um esboço de um projeto de lei para atualizar o marco regulatório do saneamento.

Se o governo preferir encaminhar a própria versão do projeto sobre o tema, os dois textos passariam a tramitar conjuntamente. Após chegar ao Congresso, a MP do saneamento sofreu modificações, e a maioria dos governadores passou a pressionar suas bancadas para tentar reverter as alterações.

O relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) acaba com os chamados contratos de programa, instrumento por meio do qual municípios contratam empresas estaduais para promover serviços de saneamento. Esses contratos vigoram até sua data de expiração. Depois disso, só será possível fazer contratos de concessão, e o município terá de abrir uma licitação, da qual poderão participar tanto as empresas públicas como as privadas.

Esse é o principal ponto de discussão na proposta para atualizar o marco regulatório de saneamento.

“É um projeto destrutivo de todas as empresas públicas brasileiras. Não houve acordo nem com os governadores, nem com os prefeitos, nem com as empresas públicas, nem com os partidos. Ou seja, não agradou a ninguém”, disse a líder da minoria na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Segundo Maia, o parecer do senador não impede as estatais de continuarem atuando no setor, e sim abre a possibilidade de o município e a iniciativa privada operarem. “Você passa a ter a concorrência de dois ou três sistemas disputando as concessões de saneamento e dando a possibilidade de, por uma maior concorrência, nós possamos ter maiores investimentos no setor”, disse ele.

Para a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), já era esperado que o novo marco regulatório do saneamento tivesse de ser tratado por projeto de lei, porque o Palácio do Planalto ficou focado nas articulações da MP da reforma ministerial nos últimos dias.

Hasselmann reconheceu, nesta terça, que a MP que estabelece um pente-fino nos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) também pode caducar.

A oposição quer alterações no texto para que os sindicatos continuem participando do processo de pedido de aposentadoria rural. O governo é contra e, segundo a líder, não vai ceder.

“Corre o risco, claro, corre o risco [de caducar]. E é muito ruim para o país, porque a MP 871 é o primeiro passo da nova Previdência e é para combater fraudes no setor rural”, disse Hasselmann.

Feghali também informou que a oposição é contra o endurecimento nas regras para ter direito ao auxílio-reclusão, benefício pago a dependentes de presos.

“Queremos chegar a uma solução. Se for possível, nós votaremos. Se não for possível, nós vamos obstruir.”

Maia afirmou que, “para a oposição, vai ter problema sempre”. Ele defende a aprovação do pente-fino no INSS, cuja votação está prevista para esta quarta (29).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/05/2019